

## Advogado mostra a colegas mensagens com agentes lavajistas

O advogado Nythymar Dias Ferreira Filho procurou colegas para mostrar áudios de conversas com agentes que participaram da franquia da "lava jato" no Rio de Janeiro. Segundo a colunista Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, os advogados ficaram espantados com as gravações, ainda que não possam confirmar a autenticidade delas.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Advogado disse ter documentos que comprometeriam Marcelo Bretas  
Fernando Frazão/Agência Brasil

Nythymar é investigado sob a suspeita de usar o nome do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, para oferecer facilidades a alvos da franquia. Ele foi [alvo](#) de mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Federal em outubro de 2020.

As suspeitas de que o advogado usou o nome do juiz Bretas para vender facilidades nasceu de representação [apresentada](#) contra Nythymar ao Tribunal de Ética da seccional fluminense da OAB, em 2019.

Nythymar nega as acusações e iniciou uma ofensiva nos bastidores. Ele também tem exibido documentos para comprovar que não tentou cooptar clientes. Uma prova é uma carta do ex-governador do Rio Sérgio Cabral (MDB) negando que o criminalista tenha o procurado, como foi noticiado.

### Ameaça a Bretas

O diretor de Secretaria da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, Fernando Antonio Serro Pombal, [afirmou](#) à Polícia Federal que Nythymar Dias Ferreira Filho ameaçou acabar com a vida pessoal e a carreira do juiz da seção Marcelo Bretas se o julgador não arquivasse inquérito contra ele, garantindo ter documentos que o comprometeriam.



Pombal prestou esclarecimentos à PF em 10 de novembro. O servidor afirmou que, em 6 de novembro, recebeu uma mensagem no WhatsApp dizendo que, em busca e apreensão feita em 23 de outubro (dia em que Nythamar foi alvo de medida do tipo) na casa de um advogado (sem citar seu nome), a PF apreendeu um notebook onde haveria áudios que comprometeriam o juiz (que igualmente não foi identificado) e a "lava jato".

Em 10 de novembro, o diretor da 7ª Vara Federal Criminal do Rio narrou ter recebido uma mensagem no WhatsApp — de outro número — pedindo que lesse os arquivos que estavam sendo enviados e repassasse as informações a Marcelo Bretas.

Os documentos eram fotos de uma carta endereçada ao juiz federal. Na missiva, o subscritor não se identifica, mas deixa claro que é Nythamar Dias Ferreira Filho, "inclusive pela riqueza de detalhes no processo da 'lava jato' e da forma de narrativa" em relação a Bretas, disse Pombal.

Segundo ele, o autor da carta faz uma série de ameaças ao juiz, "inclusive dizendo que acabaria com a vida pessoal dele e sua carreira", assim como do "Dr. Eduardo", identificado como "procurador do MPF" — o chefe da força-tarefa da "lava jato" no Rio é o procurador Eduardo El Hage.

Na carta, o subscritor afirma ter diversos documentos e arquivos que comprometeriam Bretas. A missiva é finalizada com a advertência de que o juiz federal teria até 10 de novembro para arquivar o inquérito contra o autor.

### **Pedido de suspeição**

O inquérito policial que apura as atividades do advogado Nythamar Dias Ferreira Filho pode forçar Bretas a se declarar [suspeito](#) para julgar alguns processos que estão sob sua condução.

Outro advogado, Luís Alexandre Rassi foi quem levantou a questão em petição apresentada ao próprio juiz na semana passada. Rassi relata que terá de depor, na qualidade de testemunha, no inquérito que investiga Nythamar. E o fato de ser advogado de Silas Rondeau, que responde ação que corre na 7ª Vara, faz com que Bretas deixe de ser isento. Isso porque o depoimento do advogado de Rondeau pode influir no desenrolar do caso Nythamar, cujo desfecho é de evidente interesse do juiz.

Segundo a tese defendida pelo advogado, ele deparará como testemunha na investigação, que só pode seguir em duas direções. Ou se chegará à conclusão de que Bretas é vítima de crimes levados a cabo com o uso indevido do seu nome "ou que o mesmo é coautor de delitos praticados pelo advogado Nythamar Dias Ferreira Filho". Para Luís Alexandre Rassi, em qualquer das situações, é necessário o reconhecimento da suspeição de Bretas.

### **Date Created**

26/02/2021